



FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO, BURLA QUALIFICADA, CORRUPÇÃO ATIVA E PASSIVA

O Ministério Público no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), deduziu acusação contra 3 arguidos por crimes de falsificação de documento, burla qualificada, corrupção ativa e passiva.

No âmbito do processo está em causa, principalmente, a atuação de vários indivíduos envolvidos num esquema fraudulento de emissão de receituário médico forjado com vista ao aviamento e subsequente aquisição de medicamentos comparticipados, comercializados por determinados laboratórios.

Entre os arguidos acusados encontram-se dois médicos e um delegado de informação médica.

Tais medicamentos, ao invés de se destinarem aos utentes identificados nas receitas, eram aviados por um delegado de informação médica que procurava garantir a venda de medicamentos comercializados por laboratórios para os quais trabalhava e, dessa forma alcançar objetivos comerciais.

Esta atuação acarretou um prejuízo patrimonial considerável ao Estado Português – Serviço Nacional de Saúde – num valor não inferior a 83.396,70€, em virtude das comparticipações pagas indevidamente.

Está também em causa, nos presentes autos, a corrupção ativa e passiva subjacente à prescrição de receitas médicas forjadas.

Todos os arguidos se encontram sujeitos a termo de identidade e residência.

O Ministério Público foi coadjuvado pela Polícia Judiciária.

NUIPC 193/12.4TELSB

Data da acusação: 11-12-2017